

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E A TELBRAX
LTDA.**

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., com sede em Belo Horizonte, na Av. Barbacena, 1.200, 17º andar – ala A1, Bairro Santo Agostinho CNPJ nº 06.981.180.0001-16, por seus representantes legais, abaixo assinados, doravante denominada **CEMIG D**, e a **TELBRAX LTDA**, com sede em Belo Horizonte, na rua Pirapetinga nº 322 sala 309 – Bairro Serra, CNPJ nº 04.513.030/0001-52, também por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **CESSIONÁRIA**;

Considerando que :

- a Resolução Conjunta ANEEL, ANATEL e ANP nº 01, de 24/11/1999, aprova o Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infra-estrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo;
- a Resolução ANEEL nº 581, de 27/10/2002, estabelece os requisitos mínimos aplicáveis ao cumprimento do disposto no art. 5º do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infra-estrutura;
- pelo art. 73 da Lei Geral de Telecomunicações nº 9.472, de julho de 1997, as prestadoras de serviço de telecomunicações de interesse coletivo têm direito à utilização de postes, dutos, condutos e serviços pertencentes ou controlados por prestadoras de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse coletivo;

OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste Contrato a cessão, pela **CEMIG D** à **CESSIONÁRIA**, do uso não exclusivo de postes de sua propriedade, por ponto de fixação, visando possibilitar a **CESSIONÁRIA**, a instalação de cabos ópticos, para prestação de serviços de telecomunicações, em todas cidades da área sob concessão da **CEMIG D**, coincidente com a área de autorização da **CESSIONÁRIA**.

Parágrafo 1º - O presente Contrato abrange 1.465 (mil quatrocentos e sessenta e cinco) pontos de fixação nos postes constantes dos projetos iniciais da **CESSIONÁRIA**, apresentado em planta cadastral e aprovado pela **CEMIG D**.

Parágrafo 2º O projeto deverá constar a especificação dos cabos e equipamentos a serem instalados, sua posição e valores máximos dos esforços resultantes, considerando todos os usos

compartilhados existentes, se encarregando para tanto de obter tais valores junto às empresas envolvidas no uso compartilhado de infra-estrutura.

Parágrafo 3º Para utilização de novos postes nas mesmas localidades, dispensa-se a assinatura de Termos Aditivos. A CESSIONÁRIA deverá apresentar uma solicitação, por escrito, com assinatura de um representante legal, acompanhado dos novos projetos em planta cadastral para serem previamente aprovados, obedecendo-se as determinações do Poder Concedente e as exigências contidas neste instrumento;

Parágrafo 4º - Para a utilização de postes localizados em outras cidades, deverão ser assinados Termos Aditivos ao presente Contrato, consubstanciados em novos projetos, e, a CESSIONÁRIA deverá apresentar à **CEMIG D** os novos projetos em planta cadastral para serem previamente aprovados, obedecendo-se as determinações do Poder Concedente e as exigências contidas neste instrumento;

Parágrafo 5º - A cessão de uso de postes ora contratada abrange apenas as redes aéreas, não se aplicando aos postes ornamentais aos destinados à Iluminação Pública, às áreas onde exista rede subterrânea, e nem naqueles que estejam ou venham a ser reservados pela **CEMIG D** para sua utilização exclusiva.

Parágrafo 6º - Entende-se por ponto de fixação, o ponto de instalação do suporte de sustentação mecânica de cabo de telecomunicação e equipamentos eletrônicos do Solicitante ou Ocupante dentro da faixa de ocupação destinada ao compartilhamento, conforme definido no Art 2º, Inciso II da Resolução ANEEL nº 581, de 29/10/2002.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, até um limite máximo de 60 (sessenta) meses, se nenhuma das partes se manifestar em contrário, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) meses antes de cada vencimento.

Parágrafo Único – Fica assegurado às partes o direito à rescisão deste Contrato a qualquer tempo, independentemente de pagamento de indenização, mediante prévio aviso por escrito, no prazo mínimo de 6 meses anteriores ao feito.

CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA

A cessão de uso dos postes ora contratada deverá ser realizada em estrita obediência às Normas Técnicas Brasileiras, às determinações dos Poderes Públicos, aos padrões estabelecidos na Norma Técnica da CEMIG D ND 2.1 - "Instalações Básicas de Redes de Distribuição Aéreas Urbanas", ND 2.7 - "Instalações Básicas de Redes de Distribuição Aéreas Isoladas", ou outra(s) Norma(s) que vier (em) a substituí-las, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, e demais disposições contidas neste Contrato.

Parágrafo 1º - Da mesma forma, o compartilhamento não deverá comprometer o atendimento dos parâmetros de qualidade, segurança e proteção ao meio ambiente, estabelecidos pelos Órgãos competentes e pela **CEMIG D**, assim como de obrigações associadas às concessões, permissões ou autorizações outorgadas ou expedidas pelo Poder Concedente e de boas práticas internacionais para prestação dos respectivos serviços;

Parágrafo 2º – Fica vedada a sublocação da referida infra-estrutura pela CESSIONÁRIA, ou sua utilização para fins não previstos neste Contrato, sem a prévia autorização da **CEMIG D**. A eventual sublocação deverá ser submetida a análise e aprovação prévia da **CEMIG D**, acompanhada de documentação técnica suficiente para permitir sua análise, que deverá ser feita em prazo razoável.

CLÁUSULA QUARTA

A CESSIONÁRIA, ao utilizar os postes da **CEMIG D**, deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) O cabo deverá ter identificação específica, colocada no mesmo e junto ao poste. Os cabos de descida dos aterramentos devem ser protegidos com material resistente de forma a impedir quaisquer danos aos mesmos e a terceiros;
- b) Os aterramentos dos cabos deverão estar independentes e distanciados pelo menos 20 (vinte) metros em relação aos da **CEMIG D**, aos da(s) Empresa(s) de Telecomunicação e de outro(s) ocupante(s), se houver, cabendo à Cessionária a devida identificação;
- c) As caixas de derivação e os demais equipamentos metálicos a serem instalados deverão ser isolados do poste;
- d) A instalação do cabo e/ou equipamentos deverá situar-se na faixa de ocupação de 500mm, permitida para as redes de telecomunicação, conforme estabelece a ND-2.1 - "Instalações Básicas de Redes de Distribuição Aéreas Urbanas";

- e) Deverão ser obedecidas as distâncias mínimas de segurança entre condutores e o solo, estabelecidas nas Normas Técnicas da CEMIG D- "Instalações Básicas de Redes de Distribuição Aéreas Urbanas e Rurais", considerando-se as situações mais críticas de flechas dos cabos;
- f) A rede da CESSIONÁRIA deverá ser instalada no poste no mesmo lado da rede de distribuição secundária de energia elétrica da **CEMIG D**, utilizando-se braçadeira ou cinta própria para a sua sustentação;
- g) A critério da **CEMIG D**, a quantidade máxima de cabos por poste poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante introdução de novas tecnologias e/ou métodos de trabalho;
- h) A emenda do cabo da CESSIONÁRIA junto ao poste deverá estar localizada no lado oposto do poste, no sentido longitudinal, em relação à outra emenda de cabo de telecomunicação, porventura existente;
- i) Não poderão ser instaladas caixas de derivação ou quaisquer outros equipamentos em postes que contenham equipamentos da Empresa de Telecomunicação, tais como: caixas Terminais para Postes e Fachadas - TPF, protetores TPF, armários de distribuição, armários com sistemas de ondas portadoras, potes de pupinização e de capacitores dentre outros;
- j) As unidades de fontes de alimentação (transformadores), a serem instaladas ao longo da sua rede, não poderão ter potência individual superior a 1.200 watts, devendo ser dotadas de proteção automática contra sobrecorrente;
- k) As ligações e desligações das fontes referidas na alínea "j" acima serão feitas mediante solicitação à **CEMIG D**, através da Agência de Atendimento Local desta;
- l) Não poderão ser instalados equipamentos de amplificação de sinais em postes localizados em esquinas com redes de distribuição de energia elétrica, bem como naqueles que contenham equipamentos da **CEMIG D**, tais como: chaves, transformadores, religadores, seccionadoras, unidades terminais remotas de supervisão e/ou controle, sensores, banco de capacitores reguladores de tensão, dentre outros;
- m) Na eventualidade da cessão do uso de postes a mais de uma empresa de telecomunicação, tais como de TV a Cabo, de Telefonia fixa e outras, a **CEMIG D** se exime de qualquer responsabilidade com relação a possíveis interferências entre os sistemas;
- n) As redes e equipamentos de telecomunicação da CESSIONÁRIA devem possuir aterramentos e proteções, para que contatos acidentais dos condutores de energia elétrica não transfiram tensão para as instalações de suas unidades;
- o) A CESSIONÁRIA deverá utilizar-se, sempre, do dinamômetro, do termômetro e das tabelas de trações e flechas de cabo, para fixação de seus cabos nos postes da **CEMIG D**, de modo a manter a estabilidade da estrutura. A tração máxima de projeto da cordoalha da CESSIONÁRIA deverá ser de 150daN, para a condição de temperatura de zero graus.

PROCEDIMENTOS PRELIMINARES**CLÁUSULA QUINTA**

Sempre que a CESSIONÁRIA pretender ocupar novos postes da **CEMIG D**, além dos incluídos no projeto inicial, encaminhará à Agência de Atendimento Local da **CEMIG D** um pedido por escrito, anexando novo projeto, conforme Parágrafo 2º da CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo 1º - A **CEMIG D** manterá contatos com as empresas envolvidas no uso compartilhado de infra-estrutura para a obtenção dos valores dos esforços;

Parágrafo 2º - O pedido deverá ainda propor, se for o caso, as necessidades de modificações na posteação existente, de instalação de novos postes e de adequação de cabos, suportes e equipamentos instalados, nos termos deste Contrato;

Parágrafo 3º - Por questões de segurança e de controle, nenhuma obra / serviço em poste(s) poderá ser iniciado enquanto a CESSIONÁRIA não receber a autorização escrita da **CEMIG D**;

Parágrafo 4º - A CESSIONÁRIA dará à **CEMIG D** conhecimento prévio da programação de execução dos serviços, permitindo a esta a fiscalização dos mesmos. O não cumprimento do estabelecido neste parágrafo dará direito à **CEMIG D** providenciar a paralisação imediata das obras/serviços pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA

Quando, para permitir a utilização, houver necessidade de execução de obras / serviços que resultem em substituições, reforços, aumento de altura, escoramento, acréscimos e modificações nas instalações de redes de distribuição existentes ou, ainda, a necessidade de se implantar postes intercalados aos existentes de propriedade da **CEMIG D**, as obras / serviços necessários serão executados a pedido e às expensas da CESSIONÁRIA.

Parágrafo 1º - As obras / serviços necessários serão efetivadas somente após negociações específicas entre as partes;

Parágrafo 2º - A **CEMIG D** apresentará à CESSIONÁRIA as condições técnicas e comerciais de qualquer (is) obras / serviços, discriminando os custos globais de mão-de-obra, de materiais e equipamentos, indicando os prazos de validade do orçamento e da execução das obras / serviços e forma de pagamento;

Parágrafo 3º - A CESSIONÁRIA poderá fazer opção pela execução das modificações necessárias à rede de distribuição da **CEMIG D** diretamente com empreiteiras credenciadas para esse fim, cuja relação poderá ser solicitada pela CESSIONÁRIA;

Parágrafo 4º - Às modificações necessárias à rede de distribuição da **CEMIG D**, o disposto nesta Cláusula não se aplicará quando os esforços reais estiverem dentro do limite fixado nas Normas Técnicas específicas;

Parágrafo 5º - As benfeitorias originadas das modificações procedidas pela **CEMIG D**, a pedido da CESSIONÁRIA, ficarão incorporadas ao patrimônio da **CEMIG D**, sem que caiba à CESSIONÁRIA qualquer direito reivindicatório quanto a elas ou de pleitear compensações ou indenizações pelos desembolsos efetuados;

Parágrafo 6º - A CESSIONÁRIA arcará com os encargos necessários ao restabelecimento do serviço público de energia elétrica, objeto de interrupção, comprovadamente, ocasionada por sua exclusiva responsabilidade e eventuais perdas de receita decorrentes por parte da **CEMIG D**, calculadas com base no consumo médio mensal da área atingida, proporcionalmente ao número de horas de interrupção.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os serviços de expansão e/ou melhoria não poderão ser iniciados pela CESSIONÁRIA enquanto esta não receber da **CEMIG D** a aprovação do seu pedido.

Parágrafo Único - A execução dos serviços, respeitado o disposto nas condições técnicas e comerciais acertadas com a CESSIONÁRIA, poderá, a pedido desta, ser antecipado pela **CEMIG D** desde que a mesma tenha disponibilidade de recursos.

CLÁUSULA OITAVA

Quando a execução das obras / serviços de modificação e/ou ampliação na posteação existente for de responsabilidade da **CEMIG D** ou de outras Empresas de Telecomunicação, tais como de telefonia fixa, de TV a Cabo e outras, os prazos para a sua execução dependerão da disponibilidade de materiais, equipamentos e empreiteiras, previamente acordados entre as partes.

OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA**CLÁUSULA NONA**

A CESSIONÁRIA obriga-se a somente ocupar a infra-estrutura da CEMIG D após prévia comunicação e após a aprovação desta.

Parágrafo 1º: A inobservância do disposto no caput desta cláusula sujeitará a CESSIONÁRIA, pela infra-estrutura ocupada irregularmente, à penalidade de multa diária de 10 (dez) vezes o valor do aluguel por ponto de fixação definido na CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, a contar da data da ocupação e enquanto durar a irregularidade. A CESSIONÁRIA deverá providenciar a devida regularização num prazo de até 20 (vinte) dias.

Parágrafo 2º: Sempre que a CESSIONÁRIA desocupar totalmente postes da CEMIG D, deverá informar a esta, por escrito, dentro do prazo de 7 (sete) dias, anterior ao início da desocupação.

CLÁUSULA DÉCIMA

Não poderá a CESSIONÁRIA, sob nenhum pretexto, cortar as chapas de base ou as bases de concreto dos postes, nem alterar instalações da **CEMIG D** ou de outros usuários, sem prévia autorização escrita dos interessados.

RESPONSABILIDADES**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

A CESSIONÁRIA, neste ato, declara ter pleno conhecimento da natureza e das finalidades da infra-estrutura e das instalações cedidas, destinadas que são ao transporte e ou distribuição de energia elétrica, bem como das regras operativas a que está sujeita a **CEMIG D**, responsabilizando-se pelo seu uso adequado e assumindo integralmente os riscos inerentes e conseqüentes dessa utilização.

Parágrafo 1º – Compete exclusivamente à CESSIONÁRIA toda e qualquer medida ou providência de natureza técnica destinada a afastar os riscos e as conseqüências inerentes à utilização da infra-estrutura cedida, seja para não interferir no seu funcionamento regular e de acordo com as exigências do Poder Concedente, seja para afastar todo e qualquer risco de danos às mesmas instalações, aos equipamentos e instalações de sua propriedade, às pessoas e aos bens de terceiros;

Parágrafo 2º - A autorização dada pela **CEMIG D** para o uso compartilhado da infra-estrutura cedida não implica, em nenhuma hipótese, assunção de responsabilidades perante a

CESSIONÁRIA, seus usuários e terceiros no caso de danos relacionados à utilização das instalações cedidas, salvo culpa comprovada da **CEMIG D**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A CESSIONÁRIA responderá perante a **CEMIG D** e terceiros pelos danos de qualquer natureza relacionados direta ou indiretamente com as suas atividades, seus equipamentos e instalações, respondendo inclusive pelas despesas judiciais e extrajudiciais, honorários advocatícios e demais encargos eventualmente incorridos pela **CEMIG D** com a reparação, seja em virtude de condenação judicial, decisão administrativa ou acordo celebrado com os interessados.

Parágrafo único – A CESSIONÁRIA obriga-se a pagar à **CEMIG D**, mediante notificação acompanhada dos respectivos comprovantes, toda e qualquer despesa incorrida de acordo com esta cláusula, reconhecendo desde já que tal documento, juntamente com o presente Contrato, tem eficácia de título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Nas hipóteses de caso fortuito e força maior, bem como danos comprovadamente provocados por terceiros, as partes se isentam mutuamente do dever de indenizar, assumindo cada qual as responsabilidades decorrentes, bem como a iniciativa e os ônus das providências destinadas à obtenção das reparações devidas, quando for o caso.

Parágrafo Único – Considerando a grande extensão de redes de transmissão e distribuição de propriedade da **CEMIG D**, se, apesar das constantes inspeções que nela são feitas, vierem a ocorrer incêndios, quedas de redes e cabos ou outras formas de contato com as instalações da CESSIONÁRIA, indução gerada nas redes e outros acidentes imprevisíveis, serão tais eventos também considerados como caso fortuito ou força maior, excluídos os casos em que, comprovadamente, ocorreram em locais onde a CESSIONÁRIA haja reclamado e notificado, por escrito e há mais de 30 dias corridos, sobre o estado de conservação da(s) rede(s) de distribuição, sem que a **CEMIG D** tenha se manifestado a respeito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Nos casos de danos causados por terceiros em suas instalações, caberá a cada parte elaborar os respectivos orçamentos e efetuar a cobrança para ressarcimento dos prejuízos sofridos.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no "caput" desta Cláusula, os orçamentos e cobranças poderão ser apresentados em conjunto, mediante entendimento prévio.

Nesta hipótese, a apresentação dos aludidos documentos será feita pela **CEMIG D** ao causador do dano, ficando, todavia, estabelecida a responsabilidade de cada parte pelo recebimento do respectivo prejuízo. Assim, havendo a recusa do devedor ao pagamento de uma das cobranças

apresentadas, sem possibilidade de entendimento capaz de contornar o impasse, caberá à parte prejudicada, por sua conta exclusiva, a iniciativa das medidas cabíveis para o recebimento do respectivo crédito.

MODIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Quando a **CEMIG D** tiver necessidade, mesmo que exclusiva, de substituir ou remanejar postes que estejam sendo usados conjuntamente, fará a substituição ou remoção do que for de sua propriedade, avisando a CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos nos casos de remanejamento que exija projeto, cabendo à CESSIONÁRIA remanejar as suas instalações, sem ônus para a **CEMIG D**.

Parágrafo 1º - Sempre que a alteração for decorrente de solicitação de outros usuários, caberá a CESSIONÁRIA executar as modificações necessárias no seu sistema, sem ônus para os terceiros e a **CEMIG D**;

Parágrafo 2º - O pagamento das despesas relativas às modificações efetuadas nas instalações, será feito pela solicitante de acordo com as condições técnicas e comerciais que vierem a ser apresentados pela **CEMIG D**;

Parágrafo 3º - Os serviços somente serão iniciados após o pagamento das respectivas despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A **CEMIG D** reserva-se o direito de alterar o Sistema de Rede Aérea para Rede Subterrânea sem que isso implique qualquer tipo de despesa ou indenização para a CESSIONÁRIA, devendo, porém, a **CEMIG D** dar conhecimento à CESSIONÁRIA do período previsto para a execução da obra com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Quando houver necessidade de modificação nas redes de uma ou ambas as partes por determinação de algum órgão do Poder Público competente, cada parte tomará as providências correspondentes aos bens de sua propriedade, arcando com as respectivas despesas, se for o caso, não podendo tais providências servirem de embaraços ou obstáculos à execução dos serviços.

Parágrafo 1º- A **CEMIG D** ficará isenta de qualquer despesa quanto à modificação de sua rede de distribuição ou equipamentos, no caso em que a modificação se faça necessária somente em linhas e equipamentos da CESSIONÁRIA, assumindo esta total responsabilidade oriunda do fato;

Parágrafo 2º - Caberá à **CEMIG D** dar ciência da determinação à CESSIONÁRIA, com as informações necessárias ao conhecimento das modificações a serem feitas e o prazo estimado para a execução dos serviços;

Parágrafo 3º - Em casos de emergência, o aviso poderá ser verbal e posteriormente confirmado por escrito;

Parágrafo 4º - Sendo as despesas com a execução dos serviços de responsabilidade do Poder Público, competirá a cada parte elaborar o respectivo orçamento e efetuar a cobrança.

PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A CESSIONÁRIA pagará mensalmente à **CEMIG D**, a partir da assinatura deste Contrato, por ponto de fixação, em poste utilizado, o valor de R\$ 5,08 (cinco reais e oito centavos).

Parágrafo 1º: Para efeito de faturamento, a quantidade de pontos de fixação, dos novos projetos aprovados serão atualizados sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Parágrafo 2º: Os custos provenientes da publicidade antecipada para disponibilização da infraestrutura, conforme previsto Art. 9º da Revolução Conjunta nº 001 de 24/11/1999, serão cobertos pela Detentora, e posteriormente ressarcido pela CESSIONÁRIA, em boleto específico a ser pago na rede bancária após assinatura do contrato.

Parágrafo 3º: A CESSIONÁRIA declara que os preços referidos nesta cláusula foram livremente acordados entre as partes e são justos e razoáveis, conforme previsão legal.

Parágrafo 4º: Para fins de instalação e adequação da rede da CESSIONÁRIA e entrada em operação do sistema, a CEMIG D concederá uma carência de **60 dias** a partir da data de assinatura desde instrumento, para início do faturamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

No mês seguinte após o transcurso de cada 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste Contrato, será efetivado o cálculo do novo valor da remuneração mensal pelo uso do poste, com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, Coluna 2, da

Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a ser definido pelo Governo Federal para substituí-lo.

Parágrafo 1º - As faturas deverão ser emitidas, mensalmente, com base no número de pontos em projetos aprovados, conforme Parágrafos Primeiro e Terceiro, da Cláusula Primeira, e enviadas à CESSIONÁRIA para pagamento dentro de 10 (dez) dias contados da data da sua apresentação;

Parágrafo 2º - As faturas serão emitidas sempre no primeiro mês subsequente a utilização dos pontos das infra-estruturas contratadas.

Parágrafo 3º - As divergências relativas ao conteúdo das faturas não determinarão a suspensão dos pagamentos, que deverão ser efetuados no prazo previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula. Sendo procedentes as divergências, os respectivos ajustes serão processados no faturamento seguinte;

Parágrafo 4º - Sobre o valor das faturas liquidadas com atraso, incidirá atualização financeira com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, Coluna 2, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a ser definido pelo Governo Federal para substituí-lo, mais juros de mora de 1% a.m., calculados "pro rata tempore", e multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo 5º - Permanecendo a CESSIONÁRIA em mora por mais de 30 (trinta) dias terá suspenso o seu direito à utilização de novos postes da **CEMIG D**, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula e de outras medidas legais ou contratuais aplicáveis;

Parágrafo 6º - O período de atualização contratual, referida nesta Cláusula, poderá, a critério da **CEMIG D**, ser diminuída a qualquer tempo, desde que legalmente permitida.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O fornecimento de energia elétrica às unidades de fonte de alimentação referidas na Cláusula Quarta, alínea "j", será totalizado mensalmente, com base nas medições instaladas junto às fontes, de acordo com instruções técnicas específicas a serem fornecidas pela **CEMIG D**.

Parágrafo 1º - Não sendo possível instalar medição, excepcionalmente, considerar-se-á a potência nominal das unidades de consumo instaladas até o mês, levando-se em conta a declaração da CESSIONÁRIA em termos da carga a ser instalada e período de funcionamento de 720 (setecentos e vinte) horas/mês;

Parágrafo 2º - A CESSIONÁRIA deverá especificar as características do fornecimento de energia elétrica necessárias a cada fonte de alimentação, cabendo à **CEMIG D** o direito de verificar estas características *in loco*, com as cargas já alimentadas. Em caso de discrepância em relação aos valores declarados, aplicar-se-á as determinações da Resolução ANEEL nº 456 / 2000 ou outra legislação que venha substituí-la;

Parágrafo 3º - As Notas Fiscais – Contas de Energia Elétrica, relativas ao fornecimento aludido no parágrafo anterior serão emitidas, mensalmente, pela **CEMIG D** e apresentadas à CESSIONÁRIA, em conformidade aos procedimentos internos da **CEMIG D** e da legislação federal em vigor.

REUNIÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Periodicamente e sempre que o interesse das partes assim o exigir, serão promovidas, pelas partes, reuniões técnicas com o objetivo de conhecer e estudar os respectivos planos, projetos e programas de expansão e/ou melhorias, inclusive os prazos estimados das implantações ou modificações dos respectivos projetos.

RESCISÃO E PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Constituem causas de inadimplemento deste Contrato:

1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular pelas partes de qualquer cláusula ou condições ajustada;
2. pedido de falência, a decretação de falência, ou ainda qualquer evento análogo que caracterize o estado de insolvência de qualquer das PARTES, incluindo acordo com credores e o indeferimento do pedido de recuperação judicial, e ainda, a dissolução judicial ou extrajudicial.
3. O não pagamento pela CESSIONÁRIA, nos respectivos vencimentos, dos valores devidos à **CEMIG D** ;
4. A instalação de equipamentos e ou rede de interesse da CESSIONÁRIA sem a devida autorização a Cemig D.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

A ocorrência de qualquer dos motivos descritos na cláusula anterior ensejará as seguintes providências pela parte prejudicada :

1. Os fatos, ações ou omissões caracterizadores do inadimplemento contratual serão comunicados à parte infratora por escrito, ao mesmo tempo em que serão solicitados os esclarecimentos e as justificativas pertinentes, que deverão ser encaminhadas à outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
2. Sanadas as irregularidades ou aceitas as justificativas apresentadas, considerar-se-á como cessado o motivo do inadimplemento;
3. Permanecendo desatendida a condição contratual infringida, ficará plenamente caracterizada a inadimplência da parte infratora, após notificação escrita da parte prejudicada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Uma vez caracterizado o inadimplemento contratual, nos termos da cláusula anterior, a parte prejudicada ficará autorizada a aplicar à parte infratora as penalidades previstas nesta cláusula, e a promover a rescisão do presente Contrato, nas condições que se seguem :

- a) Aplicar-lhe a penalidade de advertência escrita;
- b) Aplicar-lhe multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia sobre o valor anual da remuneração, definida na cláusula vigésima deste Contrato, enquanto perdurar a irregularidade, após notificação escrita que expedir, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) Aplicar-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual da remuneração na hipótese de rescisão;
- d) Rescindir o Contrato, mediante simples notificação escrita.

Parágrafo Único - A rescisão deste Contrato, a que título for, autorizará a **CEMIG D** a retirar todas as instalações da rede da CESSIONÁRIA, independentemente de qualquer notificação prévia, ficando a sua devolução condicionada ao pagamento, pela CESSIONÁRIA, dos custos decorrentes, além das demais penalidades aplicáveis.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Todos os entendimentos sobre este Contrato, bem como comunicações, notificações, solicitações ou avisos somente terão valor quando feitos por escrito, e quando entregues pessoalmente serão mediante recibo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Todos os encargos fiscais e tributários que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato são de inteira e exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA, já que tais encargos não são considerados na composição do preço da ocupação do poste.

Parágrafo único – Na hipótese de algum tributo vir a ser declarado incidente ou se tornar exigível relativamente à presente cessão, a CESSIONÁRIA desde já autoriza a **CEMIG D** a acrescê-lo ao preço pactuado. No entanto, caso esta solução não possa ser implementada, todos os ônus decorrentes da tributação deverão ser integralmente ressarcidos pela CESSIONÁRIA, mediante notificação da **CEMIG D**, valendo esta condição, inclusive, para tributos exigidos após o encerramento do presente Contrato, desde que a ele relacionados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

O não cumprimento pela CESSIONÁRIA de qualquer condição ora ajustada implicará a suspensão do seu direito de utilização das infra-estruturas compartilhadas até a regularização da condição infringida, sem prejuízo de eventuais pagamentos por perdas e danos ou outras medidas legais aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

É vedado à CESSIONÁRIA ceder a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

A abstenção pelas partes do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste Contrato não será considerada novação ou renúncia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

É vedado à CESSIONÁRIA, na utilização de seu cabeamento, instalação de banners, faixas ou qualquer outro tipo de material publicitário, mesmo que este não traga risco às redes da **CEMIG D** ou de outros ocupantes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

Para efeitos legais, dá-se ao presente Contrato o valor de R\$ 440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

As Partes elegem o foro da cidade de Belo Horizonte como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, em detrimento de quaisquer outros foros por mais privilegiados que sejam.

E como prova de assim haverem ajustado, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

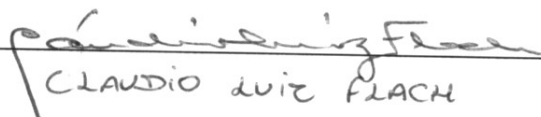

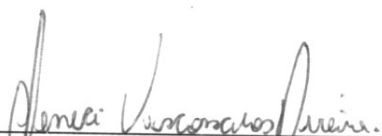
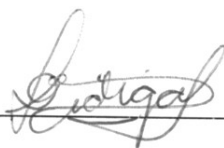
Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2008.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Dimas Costa
Superintendente - RL
Nº Pessoal 42715



Antônio Jorge Macedo da Cunha
Gerente - RL/GP
Nº Pessoal 23296

TELBRAX LTDA.
CLAUDIO LUIZ FLACH
ALEXANDRE FLACH**TESTEMUNHAS**
Nome GENECI DE VASCONCELOS PEREIRA
CPF 053.049.046-69
Nome
CPF
Luiz Márcio Pereira Vidigal
CPF: 176.218.188-10